

AÇÕES COLETIVAS NO ENFRENTAMENTO AOS EFEITOS SECUNDÁRIOS DA COVID-19: a interlocução de agentes diante aos impactos do distanciamento social no município de Lavras (MG)

ELISABETH THAIANE TERCINO DE ARAÚJO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

JULIANO SILVA COUGO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

KELLEN CRISTINA DE ABREU
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

CAMILA DE ASSIS SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

Agradecimento à órgão de fomento:
FAPEMIG; CAPES; CNPQ

AÇÕES COLETIVAS NO ENFRENTAMENTO AOS EFEITOS SECUNDÁRIOS DA COVID-19: a interlocução de agentes diante aos impactos do distanciamento social no município de Lavras (MG)

1. INTRODUÇÃO

A infecção pelo novo Coronavírus teve seu primeiro caso registrado no município de Wuhan, situada na província chinesa Hubei, espalhando-se muito rapidamente por toda a China e por vários países ao redor do mundo (Lana et al., 2020). Especificamente no Brasil, a chegada da doença tem colocado em xeque a capacidade infraestrutural das organizações provedoras de saúde. Sobretudo, após a redução pelo Estado, dos recursos financeiros destinados aos organismos do Sistema Único de Saúde (SUS) e as instituições fomentadoras de pesquisas científicas (Lana et al., 2020).

Em face disso, os desafios enfrentados são enormes, principalmente em relação a saúde, a economia ao bem-estar geral da sociedade (Kuwahara, Kuroda & Fukuda, 2020). Neste sentido, em razão da ausência de tratamentos efetivos, ações não farmacêuticas se tornaram essenciais para conter a propagação da epidemia. Práticas como quarentena em domicílio para pessoas infectadas, e distanciamento social são entendidas como medidas eficazes para evitar novos contágios (Garcia & Duarte, 2020; Kuwahara, Kuroda, & Fukuda, 2020). Diversos países ao redor do mundo adotaram medidas de isolamento e distanciamento social com o intuito de evitar o contágio.

Tendo isso em vista, no Brasil, em 6 de fevereiro de 2020, foi sancionada a Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as ações de enfrentamento à epidemia da Covid-19, e elenca as Intervenções Não Farmacológicas (INF) que podem ser adotadas (BRASIL, 2020). Em virtude da ausência de tratamentos específicos comprovados, a posologia dos medicamentos e vacinas, medidas não farmacêuticas são essenciais para retardar a propagação da epidemia. Assim, as Unidades da Federação (UFs) passaram a adotar medidas de isolamento e contenção de aglomerações a partir da segunda semana do mês de março do ano de 2020.

Notadamente, tais ações alteram os hábitos cotidianos da população, sobretudo quando são considerados os efeitos secundários das medidas de controle a pandemia, como transtornos psicológicos e socioeconômicos (Kim & Su, 2020; Kuwahara, Kuroda e Fukuda, 2020). Especificamente, podem ser elencadas como consequências da restrição do contato social, o bem-estar psicológico prejudicado, as mudanças significativas nas rotinas dos agentes sociais, as reconfigurações logísticas das cidades, o aumento da violência doméstica, a vulnerabilização de jovens e mulheres; o advento e/ou ameaça do desemprego em grande escala, bem como as perdas econômicas para as famílias, empresas e países (Duarte & Garcia, 2010).

Dante disso é importante ressaltar que tais medidas alteram os hábitos cotidianos da população, sobretudo em razão dos efeitos secundários das medidas de controle a pandemia (Kim & Su, 2020; Kuwahara, Kuroda e Fukuda, 2020). Todavia, esta conjuntura também pode conduzir à novas formas de socialização, e ao estabelecimento de caminhos alternativos para o enfrentamento do quadro social. Assim, em face ao cenário caótico, ações coletivas podem surgir como estratégias voltadas para minimizar, diminuir e/ou solucionar os efeitos secundários das medidas de distanciamento social.

Isto posto, o presente trabalho baseia-se na Teoria das Ações Coletivas para compreender e identificar as estratégias utilizadas no município de Lavras (MG), com o intuito de minimizar os impactos secundários da pandemia em âmbito municipal. Nesse sentido, destaca-se como objeto de análise a plataforma “Conectando Causas Comuns”, que tem se destacado como uma proposta de mobilização coletiva, cujas ações almejam mitigar os impactos negativos do distanciamento social no município de Lavras (MG).

Nesse sentido, o problema estruturador desta pesquisa é: como articulações entre agentes de diversos setores sociais podem desencadear em ações coletivas voltadas para a redução das adversidades socioeconômicas em um cenário de pandemia mundial? Em face à esta problemática, este estudo pretende: a) analisar o processo de estabelecimento de ações coletivas, evidenciando os esforços de empreendedores políticos; b) descrever as articulações entre agentes e os papéis desempenhados para ações estruturadoras da mobilização social e; c) apresentar as frentes de atuações da plataforma “Conectando Causas Comuns” como produto de interlocução comunitária no município de Lavras-MG.

Posto que a pandemia se apresenta como um problema multidisciplinar, é urgente que ações de enfrentamento às adversidades consecutivas desta sejam notabilizadas. Isto porque, em um curto período em que o cenário caótico se estabeleceu na sociedade, colocou consigo inúmeras experiências de espantos e incertezas. Assim, pouco se conseguiu refletir sobre formas de confrontação ao problema, especialmente no campo das ciências sociais e em suas aplicabilidades. Com isso, espera-se que as discussões tecidas neste trabalho, possam garantir insumos capazes de incentivar debates interdiscursivos entre agentes da sociedade e da administração pública para a confecção de exercícios de solidariedade mútua e enfrentamento das contrariedades socioeconômicas percebidas em momentos de crise, como a atual. Além disto, espera-se que este estudo ofereça, ainda que incipientemente, *insights* para novas proposições na promoção do bem-estar social dentro desta conjuntura, sejam elas partidas da sociedade, das frentes de atuação estatal, ou mesmo do corpo acadêmico que se faz ainda mais importante neste momento.

2. COVID-19: a doença que parou o mundo

O SARS-CoV-2 trata-se de um vírus, responsável pela produção de uma síndrome semelhante à influenza 1 (Sorbelli et al., 2020), denominada como Covid-19. A doença teve seu primeiro caso na cidade de Wuhan, na província chinesa de Hubei, em dezembro de 2019, e espalhou-se por todo o mundo muito rapidamente (Lana et al., 2020). Cabral et al. (2020) comentam que, comumente, as infecções causadas pelo SARS-CoV-2 causam tosse, febre, dificuldades respiratórias e falta de ar, embora algumas pessoas infectadas tenham sido declaradas assintomáticas. Em casos mais críticos, a infecção pode ocasionar a pneumonia, insuficiência renal e síndrome respiratória aguda grave, podendo chegar à morte, com impacto extraordinário em termos de saúde pública (Cabral et al., 2020).

Por esse motivo, a disseminação extremamente rápida do novo Coronavírus tem sido alarmante, principalmente em países da Ásia, Europa e América (Rodriguez-Morales, 2020). Diante desse cenário, no dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) através do diretor-geral Tedros Adhanom Ghebreyesus, foi declarada uma pandemia mundial. A transformação da classificação não está relacionada à gravidade da doença, mas sim a rápida disseminação geográfica pelo vírus.

De acordo com o *Coronavirus Resource Center* da Universidade de Johns Hopkins nos Estados Unidos (em 23/07/2020 às 14 horas), no mundo há 15.291.554 contaminados, com um total de 624.742 mortos e 8.711.047 recuperados do vírus. A América Latina foi uma exceção até 25 de fevereiro de 2020, quando o Ministério da Saúde do Brasil confirmou o primeiro caso da doença em um homem brasileiro, de 61 anos. Baseado nos dados oficiais do Ministério da Saúde brasileiro até o dia 23 de julho às 14 horas, o país já conta com 2.227.514 casos confirmados e aproximadamente 82.771 óbitos (Coronavírus Brasil, 2020).

Kuwahara, Kuroda e Fukuda (2020) destacam que diante desse problema mundial são enormes os desafios a serem enfrentados pelas sociedades, especialmente do ponto de vista da saúde, da economia e do social. Ressalta-se, que posto à ausência de tratamentos efetivos, medidas não farmacêuticas são essenciais para retardar a propagação da epidemia (Kuwahara,

Kuroda, & Fukuda, 2020; Duarte e Garcia, 2020). Logo, ações de isolamento social para pessoas suspeitas e doentes, a quarentena para o cumprimento das atividades de trabalho em domicílio, e o distanciamento social entre as pessoas tornaram-se eficazes para conter o contágio da doença (Garcia & Duarte, 2020). Assim, dependendo das medidas de contenção (ou da ausência destas) o cenário pode ser transformado (Cabral et al., 2020).

Stein (2020) considera que o distanciamento social constitui-se como um determinante para uma superação bem-sucedida de epidemias. Todavia, Kuwahara, Kuroda e Fukuda (2020) afirmam que tal medida deve ser implementada com extrema cautela, posto que os hábitos da população sofrem mudanças radicais, e, conseqüentemente, inúmeros transtornos. Como conseqüências da restrição de contato social, têm-se: os impactos na saúde mental e física das pessoas; restrições para o deslocamento; empecilhos enfrentados por trabalhadores que são impedidos de se dirigir ao local de trabalho; alterações nas configurações e rotinas de trabalho, que por vezes, passam a ser executados remotamente; mudanças drásticas nos formatos de geração de renda, devidas ao desemprego; aumento da vulnerabilidade à violência doméstica e intrafamiliar, sobretudo em relação às mulheres e jovens; dentre outros (Kim & Su, 2020).

É indispensável ressaltar que algumas ações que visam diminuir os efeitos secundários do isolamento social têm sido observadas na esfera governamental. Destas, destaca-se o Decreto Federal nº 10.316/2020, que, dentre outras determinações, prevê o auxílio financeiro emergencial no valor de 600 reais para trabalhadores informais, desempregados, microempreendedores individuais, autônomos, ou pessoas que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), dentre outras categorias (BRASIL, 2020).

Contudo, observa-se que tais problemáticas não conseguem ser resolvidas apenas pela via econômica, visto que os efeitos do distanciamento transcendem essa esfera, permeando também dimensões sociais. Assim, nas próximas seções pretende-se identificar ações em âmbito municipal que tem sido implementadas com o intuito de diminuir e/ou minimizar as adversidades percebidas em um episódio histórico como o atual.

3. AÇÕES COLETIVAS COMO PROPOSTA DE ENFRENTAMENTO

A teoria dos movimentos sociais desenvolvidas desde os anos 1970 busca compreender a ação coletiva e o conflito social a partir de dois eixos de análise: o da mobilização de recursos e o da oportunidade política (Ruediger et al., 2014). Para o presente trabalho destaca-se a lente da ação coletiva, ancorada pela teoria da mobilização de recursos, cujo enfoque está na observação de movimentos em que agentes angariam recursos concretos e simbólicos para o alcance de objetivos comuns (Araújo, 2006; Wenningkamp & Schmidt, 2016; Guerra; Pereira, & Castanheira, 2010; Ruediger et al., 2014). Nesta perspectiva, Mancur Olson destaca-se como um dos principais responsáveis pelas mudanças interpretativas ocorridas no cenário científico norte-americano na década de 1960, com a criação desta abordagem (Júnior, 2007).

Na visão do autor, as ações coletivas caracterizam-se pela união de pessoas, estados ou mesmo organizações, que estabelecem estratégias dispostas para finalidades que dificilmente poderiam ser alcançadas pela via individual. Assim, Olson (1999) entende ações coletivas como “movimentos de troca”. Isto é, por não conceber uma identidade coletiva irracional, a execução de manifestações grupais é avaliada racionalmente por agentes, que consideram os possíveis ganhos ou benefícios que o ato poderá proporcionar (Júnior, 2007). Neste prisma analítico, Olson (1999) argumenta que os agentes sociais tendem a agir de modo a diminuir os custos de suas atividades. O que, inversamente, implica em maximizar ganhos pessoais. Logo, indivíduos são levados a agir pelo próprio interesse, colocando prerrogativas coletivas em segundo plano.

Entretanto, em um cenário em que condutas racionais são propulsoras de ações, os agentes, diante das coerções e/ou incentivos, tendem a mover esforços pela ótica coletiva. A alteração no comportamento dos mesmos ocorre mediante a percepção de que as propostas coletivas podem, em conjunturas específicas, garantir menores dispêndios de recursos. Isto processa-se pelo fato de que agir individualmente passa a ser interpretado como um comportamento menos proveitoso, no caso de coerção, ou porque proceder pelo bem coletivo garantirá benefícios extras, como no caso de incentivos (Olson, 1999).

Neste raciocínio, entende-se que as problemáticas são percebidas no ambiente social, gerando demandas para suas resoluções. Assim, ainda que os atores envolvidos tenham seus comportamentos pautados por interesses individuais, a expressão da adversidade perpassa pelos demais agentes, e ganha forças institucionais por meio da transmissão cognitiva de concepções claras de que o alinhamento social gerará maiores benefícios, em um aspecto amplo (Olson, 1999). Isto se torna possível por conta dos esforços de empreendedores políticos, definidos por Olson (1999) como agentes capazes de coordenar articulações dentro do meio. A presença de tais atores é imprescindível para a percepção de valor por outros agentes que compõem o grupo, ainda que alguns deles manifestem poucos esforços para tal objetivo (Tierling & Schmidt, 2017).

Ressalta-se ainda que na perspectiva de Olson (1999), incentivos econômicos não são os únicos possíveis de alterar as configurações comportamentais de agentes racionais. Vários pesquisadores surgem no campo do debate com o intuito de discutir ações coletivas com fins não puramente econômicos. Como exemplos cabíveis aos fins deste trabalho, destacam-se estudos que, alicerçados na teoria de ação coletiva, descrevem como incentivos as atividades que sobressaem ao aspecto econômico, e de maneira ampla, visam a promoção do desempenho social, perpassando também pelo âmbito de atividades do Estado. Destes, observa-se trabalhos de Lazzarini et al. (2001), Alcântara (2003), Guerra, Pereira e Castanheira (2010), Lacerda (2011), Lazzarini (2014), Capella (2016), Silva (2018), dentre outros.

Pela compreensão destes últimos, é possível afirmar que ações coletivas, muitas vezes, podem ser motivadas por propósitos de solidariedade comunitária e de cooperação mútua entre agentes que participam de um tecido social envolto em problemáticas comuns (Guerra, Pereira, & Castanheira, 2010; Lazzarini, 2014). Neste sentido, em uma revisão de literatura de teses e dissertações que utilizaram a teoria (Araújo & Cabral, 2019), Wenningkamp e Schmidt (2016) destacam-se como autores os quais apontaram diversos fatores que foram explicados como propulsores de ações coletivas. Tais como: desenvolvimento de capital social; estabelecimento de projetos de auxílio a comunidades carentes, avanços nos serviços prestados à população e melhorias na infraestrutura de bens comuns.

Por fim, ressalta-se que os empreendedores políticos, no intuito de fortalecerem seus propósitos, podem colocar suas reivindicações à luz de forças estatais, provocando o estabelecimento de estratégias robustas para o enfrentamento à problemática percebida (Capella, 2016). Portanto, ao serem acolhidas por organizações governamentais, ações coletivas podem ganhar maior visibilidade, garantir legitimidade social, e se fortificadas por meio de mecanismos, recursos e articulações do Estado. Logo, em suas múltiplas orientações, ações coletivas podem atuar pela sinergia de exercícios entre as esferas social e governamental, gerando redes interativas de atividades, e proposições para o melhoramento ou mesmo a criação de políticas públicas efetivas (Capella, 2016; Lacerda; 2011).

4. METODOLOGIA

Diante do exposto, neste trabalho adotou-se a abordagem qualitativa. Destaca-se que os procedimentos qualitativos se baseiam em dados de texto e imagem, têm passos únicos na análise de dados e usam estratégias diversas de investigação (Cresswell, 2007). Nesse sentido,

ressalta-se que as estratégias de investigação escolhidas em um projeto qualitativo terão uma influência marcante nos procedimentos. Com base nos objetivos estabelecidos neste estudo, foi possível classificá-lo como exploratório e descritivo. Como objeto de análise destaca-se a plataforma “Conectando Causas Comuns”, enquanto uma proposta de mobilização coletiva cujas ações almejam mitigar os impactos negativos do distanciamento social no município de Lavras (MG). Importante ponderar que a plataforma foi identificada em um estudo prévio sobre as ações coletivas desenvolvidas no município mineiro.

As técnicas adotadas para a condução da coleta de dados foram entrevistas e pesquisa documental. Foram realizadas entrevistas semiestruturada com uma das elaboradoras da plataforma. No recolhimento de dados foram discutidos aspectos diversos sobre a ação coletiva, principalmente aos relacionados o surgimento, propósito, elaboração e implementação, articulação entre os parceiros e resultados prévios da ação. Também é válido ressaltar que uma das colaboradoras no desenvolvimento da proposta “Conectando Causas Comuns” é uma das autoras deste estudo, que relatou diversos contornos do desenvolvimento e implementação da plataforma.

Posteriormente, a pesquisa documental ocorreu através dos relatórios obtidos a partir da Plataforma “Conectando Causas Comuns”, bem como dos dados disponibilizados em suas redes sociais. A pesquisa baseou-se em registros acerca da Covid-19 divulgados pelo município de Lavras em canais oficiais, bem como nos dados ofertados pelo Ministério da Saúde e demais organizações internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS). O recolhimento dessas informações ocorreu pelo intervalo de 60 dias.

A utilização de artigos científicos também foi fundamental, uma vez que na literatura internacional já existem estudos tratando não só sobre a doença, mas também em relação aos efeitos secundários desta.

Diante dos dados obtidos, utilizou-se como um dos procedimentos metodológicos a análise de conteúdo, a fim de elucidar aspectos relevantes desta pesquisa, bem como cumprir com os objetivos específicos elencados anteriormente. Pesquisas que utilizam a análise de conteúdo como um processo para interpretação de dados qualitativos, podem ser realizadas de forma rigorosa e capaz de identificar a complexidade no contexto organizacional e os agentes envolvidos (Mozzato & Gryzybovski, 2011).

Por fim, como *locus* de pesquisa tem-se o município de Lavras, cujo diagnóstico é apresentado a seguir.

4.1. Diagnóstico do município de Lavras (MG)

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Lavras (MG) possui 102.208 habitantes (IBGE, 2016) e conta com Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) alto (0,782), composto por índices de 0,757, 0,880 e 0,719, em relação a renda, a longevidade, e a saúde, respectivamente (Atlas Brasil, 2010). O município possui um percentual de 27% do pessoal em ocupação trabalhista e uma média salarial em torno de 2,6 salários mínimos per capita (considerando apenas trabalhadores formais) (IBGE, 2017). Dentre as atividades empregadoras do município, destacam-se o comércio varejista e as organizações da administração pública, além de outras atividades relacionadas à produção de peças para veículos automotores, educação, transporte e saúde, que desempenham papéis secundários (IBGE, 2014).

Sobre a estrutura de saúde, o município possui 1 Unidade de Pronto Atendimento, (UPA), 1 Santa Casa de Misericórdia, 17 Unidades Básicas de Saúde (UBS) (Assessoria de Comunicação do Governo Municipal de Lavras-MG, 2020), e 2 hospitais particulares. Devido ao advento da pandemia do COVID-19, o governo municipal deu início a construção de um hospital de campanha com o intuito de implementar 30 novos leitos para o tratamento da

doença, previstos até maio de 2020 (Prefeitura Municipal de Lavras, 2020). Além disto, a Prefeitura do Município vêm disponibilizando boletins informativos diários e semanais com o número de casos suspeitos, confirmados ou descartados, bem com o número de indivíduos que estão em isolamento devido às síndromes gripais (Prefeitura Municipal de Lavras, 2020).

O Diagnóstico de Vulnerabilidade Social realizado entre 2018 e 2019, apresentou um índice de 0,1450 (Diagnóstico do Sistema Único de Assistência Social [SUAS] de Lavras-MG, 2019) numa escala que vai de 0 a 1, proposta pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (Ipea, 2015). Apesar de apresentar um resultado com índice muito baixo de vulnerabilidade social, os resultados se distinguem quando se atenta para o recorte regional, sendo assim, é possível perceber que a região central possui níveis de vulnerabilidade social quase nulos, ao passo que as regiões mais periféricas possuem níveis mais altos que a média (Diagnóstico do Sistema Único de Assistência Social [SUAS] de Lavras-MG, 2019). Essa discrepância regional reforça o cenário brasileiro cujas disparidades agravam ou atenuam a vulnerabilidade social (Castro, 2003, p. 9).

Diante disso, entende-se que nesse novo cenário mundial de pandemia, a situação de vulnerabilidade social tende a se agravar, uma vez que as esferas social e econômica estão sofrendo impactos de grande magnitude. A partir desse contexto, tem sido perceptível o surgimento de diversas formas de enfrentamento dos problemas socioeconômicos agravados, por meio de ideias inovadoras que trazem novas formas de atuação conjunta entre Estado, mercado e sociedade civil.

5. ESTRATÉGIA INOVADORA LOCAL: plataforma conectando causas comuns

Nota-se que no Brasil e em outros países, os impactos causados pelas medidas de distanciamento social já são preocupantes, uma vez que as implicações disso influenciam diretamente os aspectos econômicos e sociais do país. Nessa perspectiva, é importante destacar que ações cooperativas são impulsionadas por razões econômicas, sociais e políticas (Brito, 2001), logo, este estudo voltou-se especialmente para uma estratégia inovadora implementada no município de Lavras (MG), cujas atividades tiveram início no mês de abril de 2020.

Destaca-se que ação coletiva tratada neste trabalho surge através da uma iniciativa de um grupo de pessoas, cujos esforços estavam em amparar especialmente àqueles diretamente impactados pelo distanciamento social. Assim, iniciou-se uma discussão entre esse grupo, cuja proposta posteriormente foi apresentada para uma empresa de consultoria e assessoria, com o intuito de viabilizar essa proposta. Entende-se que esses exercícios possuem potencial para o enfrentamento de problemáticas comuns, uma vez que os agentes envolvidos percebem benefícios mútuos para sua aplicação (Olson, 1999).

Desse modo, no dia 26 de março surgiu a intitulada plataforma “Conectando Causas Comuns”, cujo objetivo consiste em conectar pessoas e organizações vulnerabilizadas no atual contexto, com pessoas e organizações potencialmente doadoras de seus serviços, produtos e recursos. Isto é, a plataforma busca atuar como um mecanismo intermediário entre as pessoas em situação de vulnerabilidade e aqueles indivíduos dispostos a colaborar. Esta é uma ação coletiva adotada em nível municipal, cujo interesse coletivo é contornar e minimizar os efeitos secundários da pandemia, em diversas linhas de ação. Nesse sentido, as estratégias locais podem surgir como interessantes experiências, sobretudo por promover e incentivar novos arranjos entre Sociedade Civil, Estado e Mercado.

A plataforma consiste em um espaço virtual capaz de conectar pessoas que podem ajudar (doadores) com aqueles que precisam receber (receptores) doações. Isto é, a conexão entre esses grupos acontece de modo que doador e recebedor preencham o cadastro com suas informações e inscrevam seu pedido de ajuda ou sua oferta. Depois que a oferta de ajuda é

registrada na plataforma, a equipe técnica faz a filtragem dos cadastros, dividindo-os em doações e pedidos.

As doações, por sua vez, são filtradas em: a) alimentos e produtos de higiene - recolhidas e encaminhadas ao Banco de Alimentos de Lavras pelo grupo Reerga Lavras; b) doações em dinheiro - centralizadas com a equipe da empresa de consultoria e assessoria e Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural (Fundecc), semanalmente disponibilizadas para compra de alimentos de produtos de higiene e encaminhadas ao Banco de Alimentos de Lavras; c) outros - centralizadas com uma técnica de triagem, que aplica o protocolo de atendimento de doações e encaminha para os grupos responsáveis.

Já os pedidos registrados na plataforma são filtrados da seguinte forma: a) Alimentos e produtos de higiene - O Banco Municipal de Alimentos aplica metodologia EBIA para organização da urgência das demandas em Insegurança alimentar Grave, Moderada e Leve. Higieniza e encaminha as doações às famílias cadastradas; b) Outros - são encaminhados para os parceiros Sebrae, Grupo de Escoteiros de Lavras, delegacia da mulher e profissionais cadastrados.

Assim é possível identificar a Plataforma Conectando Causas Comuns como uma ação coletiva que surge a partir do reconhecimento de interesses comuns entre os atores (Wenningkamp & Schmidt, 2016; Olson, 1999). Esses agentes planejam uma atuação coordenada para o cumprimento de seus objetivos (Olson, 1999), uma vez que o alinhamento dos interesses motiva as ações em conjunto (Nassar, 2001). Mas como outros colaboradores aderiram à ideia?

Inicialmente, formou-se uma equipe técnica de gerenciamento. Essa equipe, formada por vários profissionais, incluindo administradores públicos e empresariais, socióloga, advogado, arquiteta e urbanista e gestor de tecnologia da informação, ficou responsável pela gestão da plataforma. A partir disso, buscou-se a parceria da Prefeitura Municipal de Lavras, que acolheu o projeto e construiu uma estrutura entre os equipamentos da assistência social para a operacionalização da proposta. Algumas organizações da sociedade civil se interessaram e se envolveram de diversas formas, seja disponibilizando equipes de coleta e entrega de alimentos, serviço de entrega para pessoas do grupo de risco, dentre outros. Outras parceiras que aderiram à ação foram empresas, que disponibilizaram recursos financeiros e organizacionais para a consecução da iniciativa. Outra importante parceira foi uma fundação sem fins lucrativos, a qual ficou responsável pelo recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros recebidos para a compra de alimentos.

Diante disso, é importante enfatizar que a heterogeneidade do grupo corrobora com a provisão de benefícios coletivos, uma vez que, determinados atores responsabilizam-se pelo ônus de prover um dado bem, além de suprir seus interesses individuais (Wenningkamp; Schmidt, 2016). Através da articulação dessas organizações tornou-se possível solidificar a proposta e prestar apoio à comunidade com maior celeridade e efetividade. Essa parceria se dá com organizações da sociedade civil, organizações privadas com atuação diversas, Universidade Federal, órgãos importantes do governo municipal e voluntários. Destaca-se o envolvimento da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Lavras (MG) como elo fundamental, uma vez que por meio de suas ações enfatiza o cuidado em relação à garantia de direitos, afastando-se da percepção de assistencialismo que pode vincular-se à essa proposta.

No começo de maio de 2020 foi lançado um novo recurso dentro da plataforma, denominado TELECOVID-19. De acordo com informações disponibilizadas no endereço eletrônico, esse recurso trata-se de uma iniciativa da Universidade Federal de Lavras, da Prefeitura Municipal de Lavras, da Plataforma Conectando Causas Comuns e da Unimed Lavras. Por meio deste, médicos são designados para atendimento à distância, a fim de atender dúvidas e sintomas relativos à Covid-19. Feito o contato *online*, o paciente preenche um formulário e solicita o agendamento de um atendimento com profissionais de saúde. O

teleatendimento é gratuito e ocorre de segunda a sexta-feira, exceto em feriados. O objetivo desse recurso é ofertar uma assistência adequada, evitando que o paciente descumpra com as orientações para distanciamento social, a menos em casos de urgência e emergência (Conectando Causas Comuns, 2020).

Em relação ao atendimento *online* disponibilizado através do recurso TELECOVID-19, no período de 6 de maio a 26 de maio foram realizados 53 atendimentos (Conectando Causas Comuns, Relatório Parcial, 2020).

Figura 1: Dados sobre o TELECOVID-19



Fonte: Conectando Causas Comuns, Relatório Parcial, 2020.

Embora a iniciativa tenha sido implementada recentemente, compreende-se que os benefícios dessas ações podem impactar cada um dos atores envolvidos, seja de maneira direta ou indireta, desde os receptores às empresas envolvidas nesse projeto. Em relação a esse apontamento, Wenningkamp e Schmidt (2016) como citado em Ramirez e Berdegúe (2003), destacam inúmeras vantagens das ações coletivas que podem ser facilmente observadas nesta proposta. São elas: i) a melhoria do bem-estar material dos atores envolvidos; ii) a mudança das relações sociais dentro de uma população determinada; iii) a influência sobre as políticas públicas, para ampliar as oportunidades de desenvolvimento, bem como enfraquecer e/ou superar os sistemas de discriminação e exclusão. Por outro lado, Sach (2003) e Maeda e Saes (2009) trazem para as discussões outros benefícios, como o aumento da receita, ganhos de escala e de aglomeração, aumento do poder de barganha, diluição de riscos, redução de conflitos e maior poder de negociação.

Empiricamente, alguns resultados positivos já podem ser percebidos. A plataforma Conectando Causas Comuns tem sido eficiente no município de Lavras-MG, cujas contribuições vêm se tornando mais robustas e o número de atendimentos das necessidades cadastradas continua crescente. Diante às várias possibilidades de apoio que a ação propõe, outros municípios de Minas Gerais têm demonstrado interesse na iniciativa. São ao todo, cinco municípios em processo de adequação para operar a plataforma até o momento.

Os relatórios periódicos publicados nas redes sociais da plataforma demonstram que nos primeiros cinco dias deste recurso disponível, foram cadastradas 149 doações e 933 pedidos de ajuda. O percentual de cada tipo de doação e necessidade estão discriminados na Figura 2, conforme documento fornecido pela equipe responsável pela plataforma.

Figura 2 - Relatório parcial (26 a 31 de março).



Fonte: Conectando Causas Comuns, Relatório Parcial, 2020.

O maior percentual de necessidades cadastradas na plataforma na primeira semana foi alimentação, 87%. Já os cadastros de doações estão equilibrados na média de 20% para cada possibilidade de doação ofertada pela plataforma. Com três semanas de funcionamento, a plataforma divulgou o atendimento de 704 famílias que registraram pedidos de alimentação. Contudo nessa mesma data, o número de cadastros triplicou, foram registrados 2056 pedidos de alimentação e 93 pedidos de produtos de higiene (Conectando Causas Comuns, Relatório Parcial, 2020).

O segundo relatório feito pela equipe técnica até 19 de abril de 2020, apresentou os dados disponíveis na Figura 3.

Figura 3 - Relatório parcial (26 de março a 19 de abril).



Fonte: Conectando Causas Comuns, Relatório Parcial, 2020.

Foram cadastradas 2.800 necessidades, sendo em sua maioria demandas por alimentação. Dessas necessidades, foram atendidas quase metade: 1.013 famílias. Em relação aos recursos financeiros recebidos até o dia 24 de abril, via *pagseguro*, o total foi de R\$ 1.560,44; depósito em conta, o total foi de R\$11.911,30. Esses recursos são direcionados semanalmente para a compra de cestas básicas, por meio de processo licitatório, atendendo à legislação da Fundecc, organização responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros (Conectando Causas Comuns, Relatório Parcial, 2020).

O último relatório divulgado pela plataforma, referente ao período de 20 de abril à 26 e maio, apresentou os seguintes resultados: 3.782 necessidades cadastradas; 2.273 famílias atendidas; e o valor de R\$16.320,00 arrecadados somando os dois meses de funcionamento (Conectando Causas Comuns, Relatório Parcial, 2020).

Figura 4 – Relatório parcial (20 de abril a 26 de maio).



Fonte: Conectando Causas Comuns, Relatório Parcial, 2020.

É importante ressaltar que esse tipo de iniciativa tem se mostrado como uma alternativa eficiente diante das demandas da população agravadas pela pandemia. Apesar de ser um tipo de atuação não muito comum do ponto de vista da administração pública é inegável a relevância dessa ação, principalmente no âmbito municipal. Esse tipo de iniciativa potencializa a intersetorialidade não apenas entre órgãos e setores dentro do próprio Estado, mas também de outras instituições e atores que podem contribuir para a atenuação de efeitos negativos advindos de contextos diversos, como o atual.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender como articulações entre agentes de diversos setores sociais podem desencadear em ações coletivas voltadas para a redução das adversidades socioeconômicas em um cenário de pandemia mundial. Nesta proposta, utilizou-se a lente da Teoria das Ações Coletivas para observar as movimentações sociais ocorridas no município de Lavras (MG), voltados para a redução dos impactos das medidas de distanciamento social.

Conforme discutido, a iniciativa partiu do alinhamento de ideias entre empreendedores políticos atuantes em diversos seguimentos profissionais. Estes por meio de articulações com organismos do Estado, entidades da sociedade civil e organizações da iniciativa privada construíram coletivamente a plataforma Conectando Causas Comuns, bem como estabeleceram seus procedimentos operacionais e frentes de atuação.

À luz da teoria utilizada, a plataforma apresentou-se como um produto de ação coletiva, cujos agentes sociais voltam-se em prol de atividades geradoras de ganhos comuns (Olson, 1999). Neste sentido, ainda que não se tenha, objetivamente, informações concretas sobre o impacto da proposta em face às demandas da localidade, os resultados apontam para a redução das condições de vulnerabilidades sociais experimentadas pela população do município. Assim, os efeitos surtidos da mobilização são percebidos por seus agentes estruturadores como benefícios não necessariamente econômicos, mas geradores de proteção ao bem-estar social,

seguindo perspectivas de análises que indicam que tais alinhamentos sociais podem ser incitados por propósitos de solidariedade comunitária (Guerra, Pereira, & Castanheira, 2010).

Por outro lado, em um sentido mais amplo, é possível conjecturar que com a redução no nível de vulnerabilidade da população do município, promovida pela ação coletiva observada, evita-se possíveis ocorrências de fatores socialmente negativos, como, por exemplo, o aumento da criminalidade. O que pode ser apontado, ao menos em primeiro momento, como um ganho coletivo, sobretudo pela sociedade e pelo Estado. Além disto, forma-se também, neste contexto, performances solidárias e intercomunicativas entre indivíduos e organizações da iniciativa privada, gerando forças extras para o atravessar o resfriamento econômico provocado pela pandemia. Espera-se que estes apontamentos possam ser investigados em maior profundidade em estudos futuros.

É indispensável ressaltar que diversas são as limitações deste trabalho. Estas estão envoltas sobretudo pelo próprio contexto no qual o estudo foi produzido. Primeiramente em razão do cenário instável e rapidamente estabelecido nos últimos meses, em que inúmeras preocupações cercam a produção científica. Neste meio, acentua-se os processos comunicativos e, até mesmo, o acesso a dados fidedignos sobre o quadro socioeconômico, elementos estes que encontram-se fortemente comprometidos. Assim, espera-se que este estudo consiga levar, ainda que incipientemente, inspirações para propostas similares a ação coletiva aqui examinada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alcântara, F. H. C. 2003. Institucionalismo, racionalidade e solidariedade em cooperativas populares. In: S.M.R. HECKERT (Org.), *Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas*. Juiz de Fora, UFJF, p. 15-58.

Araújo, S. M. (2006). Ação coletiva: equívocos interpretativos. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, 3 (1), p. 5.

Araújo, E. T. T. de; Cabral, E. H. de S. (2019). Revisão sistemática da literatura nacional: a teoria da ação coletiva e suas possibilidades. Anais do Congresso do Instituto Franco Brasileiro de Administração de Empresas - IFBAE. Uberlândia, MG, Brasil, 10. Recuperado de <https://www.even3.com.br/anais/ifbae/136514-REVISAO-SISTEMATICA-DA-LITERATURA-NACIONAL--A-TEORIA-DA-ACAO-COLETIVA-E-SUAS-POSSIBILIDADES>.

Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. (2013). Perfil de Lavras-MG. Recuperado de: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/lavras_mg

Brito, C. M. (2001). Towards an institutional theory of the dynamics of industrial networks. *Journal of Business & Industrial Marketing*, MCB University Press, 16 (3), p. 150-166.

Cabral et al. (2020). Estudo inicial sobre a evolução do novo CORONAVÍRUS (SARS-COV-2) no estado do Pará (Brasil), no período entre 17/03/2020 e 06/04/2020. *Braz. J. Hea. Rev.*, Curitiba, 3 (2), p. 2914-2931.

Capella, A. C. N. (2016). Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças. *Cadernos EBAPE. BR*, 14 (SPE), p. 486-505.

Castro, I. E. (2003). Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. Observatório Geográfico América Latina. *Geografia socioeconômica*, Florianópolis, 18 (36), p. 7-28.

Cresswell. J. W. *Projeto de Pesquisa*. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

Diagnóstico do Sistema Único de Assistência Social de Lavras-MG (2017-2019). *Os desafios da Implementação do Sistema Único de Assistência Social nos Municípios: entre o pacto federativo e as articulações intersetoriais*. Consultoria Técnica. Alfa Pública e Observatório de Políticas Públicas. Recuperado de: <http://pml.lavras.mg.gov.br/conteudo/texto/3279>>

Garcia, L. P.; Duarte, E. (2020). Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. Epub. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(2).

Fonseca, E. M. (2020). Coronavírus: os dilemas e desafios para o enfrentamento de doenças infecciosas . Recuperado de: <https://portal.fgv.br/artigos/>

Fonseca, E. M., Shadlen, K., & Bastos, F. I. (2019). *Brazil's Fight against Hepatitis C – Universalism, Local Production, and Patents*. *N Engl J Med*, 380(7), 605-607.

Garcia, L. P.; & Duarte, E. (2020). Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília , 29 (6).

Guerra, A. C.; Pereira, J. R.; Castanheira, M. E. (2010). Ação coletiva e solidariedade: uma alternativa em políticas públicas de desenvolvimento. *Economia Solidária e Ação Cooperativa-ESAC*, 5 (1), p. 25-36.

Harris, J. (2017). *Achieving Access: Professional Movements and the Politics of Health Universalism*. In. Ithaca: Cornell University Press.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). Conheça Cidades e Estados do Brasil. 4.3 (49). Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/panorama>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE: subclasses para uso da administração pública. Versão 2.0. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/busca-onlinecnae.html>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). Panorama dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/lavras/panorama>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2015). Atlas da Vulnerabilidade Social dos Municípios Brasileiros. Brasília: Ipea. Recuperado de: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf

Johns Hopkins University. (2020). Coronavirus COVID-19 Global Cases by Johns Hopkins CSSE [Internet]. Johns Hopkins University; Recuperado de: <https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>

Júnior, J. A. C. de C. (2007). A ação coletiva e seus intérpretes. *Revista Pensamento Plural*. Pelotas, 01, p. 65-87.

Kuwahara, K.; Fukuda, Y.; Kuroda, A. (2020). *COVID-19: Active measures to support community-dwelling older adults*. *Travel Medicine and Infectious Disease*. National Library of Medicine (NIH).

Lana, R. M. *et al.* (2020). Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Pública*. 36(3).

Lazzarini, S. G. Chaddad, F.; Cook, Michael. (2001). Integrating Supply Chain and Network Analysis: the study of netchains. *Journal on Chain and Network Science*, Wageningen Academic. [s.l.], 1 (1), p. 7-21.

Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Recuperado de:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm

Lewnard, J. A.; Nathan, C. L. (2020). *Scientific and ethical basis for social-distancing interventions against COVID-19*, *The Lancet Infectious Diseases*. Epub ahead of print.

Maeda, M. Y.; Saes, M. S. M. (2009). A lógica da ação coletiva: a experiência do Condomínio Agrícola Leopólis. In: *Seminários em Administração - SEMEAD*, 12., São Paulo: Empreendedorismo e Inovação.

Ministério da Saúde. (2020). Coronavírus: o que você precisa saber e como prevenir o contágio. Recuperado de: <https://coronavirus.saude.gov.br/>

Mozzato, A. R.; Grzybovski, D. (2011). Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, 15 (4), p. 731-747.

Nassar, A. M. (2001). Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros. *Dissertação (Mestrado em Administração)*: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Administração, São Paulo.

Nunn, A. (2008). *The politics and history of AIDS treatment in Brazil*. Springer-Verlag New York: Nova Iorque, 186 p.

Olson M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP; 1999.

Plataforma Conectando Causas Comuns. (2020). Nous Kardia e YouX Group. Recuperado de: <https://www.causascomuns.com.br/>

Plataforma Conectando Causas Comuns. (2020). Relatório Parcial (Fornecido pela equipe responsável).

Portaria nº 356, de 11 de março de 2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Recuperado de: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>

Proenca-Modena, J. L.; Milanez, G.P.; Costa, M. L.; Judice, C.C.; Maranhão Costa, F.T. (2018). *Zika virus: lessons learned in Brazil. Microbes and Infection*, 20(11-12), 661-669.

Prefeitura Municipal de Lavras. (2020). Lavras terá mais leitos específicos para o atendimento aos pacientes com COVID-19 após a implantação do Hospital de Campanha na UPA. Recuperado de: <http://pml.lavras.mg.gov.br/conteudo/texto/3588>

Ramírez, E.; Berdegué, J. (2003). *Acción colectiva y mejoras en las condiciones de vida de poblaciones rurales*. Fundo Mink' a de Chorlavf.

Rodriguez-Morales, A. J.; Gallego, V.; Escalera-Antezana, J. P.; Méndez, C. A.; Zambrano, L. I.; Franco-Paredes, C.; Suárez, J. A.; Rodriguez-Enciso, H. D.; Balbin-Ramon, G. J.; Savio-Larriera, E.; Riskey, A.; Cimerman, S. (2020). *COVID-19 in Latin America: The implications of the first confirmed case in Brazil*. Direct Science: Travel Medicine and Infectious Disease.

Ruediger, M. A. et al. Ação coletiva e polarização na sociedade em rede: para uma teoria do conflito no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Sociologia*, 2 (4), p.205-234.

Saes, I. (2003). *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Garamond.

Shadlen, K., & Fonseca, E. (2013). Health Policy as Industrial Policy: Brazil in Comparative Perspective. *Politics and society*, 41(4), 560 – 586.

Silva, S. P. (2018). Comunicação digital, ação coletiva e engajamento político: impactos e tendências para as organizações civis do século XXI. *Comunicação Midiática*, 13 (3), p. 24-38.

Sorbello, M., El-Boghdady, K., Di Giacinto, I., Cataldo, R., Esposito, C., Falcetta, S., Merli, G., Cortese, G., Corso, R.M., Bressan, F., Pintaudi, S., Greif, R., Donati, A., Petrini, F. (2020). The Italian coronavirus disease 2019 outbreak: recommendations from clinical practice. *Journal Anaesthesia*. John Wiley & Sons, Inc.

Stein, R.A. (2020). *COVID-19 and rationally layered social distancing*. Int J Clin Pract. National Center for Biotechnology Information, U.S. National Library of Medicine.

Sung-Wan Kim, Kuan-Pin Su. (2020). *Using psychoneuroimmunity against COVID-19, Brain, Behavior, and Immunity*. Science direct: Elsevier.

Tierling, I. M. B. M; Schmidt, C. M. (2017). Ação coletiva e criação de valor: um estudo na associação de produtores de Corumbataí do Sul (PR). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 13 (2).

Wenningkamp, K. R.; Schmidt, C. M. (2016). Teorias da Ação Coletiva no Campo do Agronegócio: Uma Análise a Partir de Teses e Dissertações (1998-2012). *Desenvolvimento em Questão*, 14 (35), p. 307-343.

World Health Organization (WHO). Coronavirus disease (COVID-19) Pandemic. Recuperado de: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>